

A FÓRMULA PARA O CAOS¹⁰²: O GOLPE DE 64 E A CONSPIRAÇÃO CONTRA GOVERNADOR FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, NO ESPÍRITO SANTO (1964-1966)¹⁰³

THE FORMULA FOR CHAOS: THE 64 MILITAR COUP AND THE CONSPIRACY AGAINST THE GOVERNMENT OF FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, IN THE ESPÍRITO SANTO STATE (1964-1966)

Ueber José de Oliveira¹⁰⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os rebatimentos do Golpe civil-militar de 1964 no Estado do Espírito Santo, procurando compreender a interrupção da democracia dos anos 1945-1964 na realidade capixaba. O artigo, que utiliza uma variada gama de documentos, tendo sido pautada na metodologia da pesquisa documental, procura compreender o posicionamento dos principais atores individuais e coletivos do Estado diante do Golpe, e reconstituir os diferentes contextos e movimentações das principais forças políticas oposicionistas, ocorridas entre os anos de 1964 e 1966, realizadas com o intuito de destronar do governo estadual o então governador Francisco Lacerda de Aguiar, vulgo Chiquinho.

Palavras-chave: Golpe civil-militar de 1964; história regional; história do Espírito Santo.

Abstract: This article aims to analyze the repercussions of civil-military coup of 1964 in the State of the Holy Spirit, seeking to understand the interruption of democracy in the years 1945-1964 capixaba reality. The article, which uses a wide range of documents, having been based on the methodology of documentary research, seeks to understand the positioning of key individual and collective actors of the state before the coup, and replenish the different contexts and movements of the main opposition political forces, occurring between the years 1964 and 1966, carried out in order to overthrow the state government then Governor Francisco Lacerda de Aguiar, so-called "Chiquinho".

Keywords: Civil-military coup of 1964; regional history; the history of Espírito Santo.

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

¹⁰² A expressão *Fórmula para o Caos* é atribuída ao chefe da Estação da Cia em Santiago, Henry Heckscher, que a utilizou para designar o conjunto de operações que culminaram com o Golpe de Estado no Chile, em 11 de setembro de 1973. Foi utilizada, posteriormente, pelo cientista político e historiador Luiz Alberto Muniz Bandeira como título do seu livro em que trata do assunto. Guardadas as devidas proporções, especificidades e cautelas, tomamos emprestada tal expressão para designar o conjunto de movimentações dos grupos oposicionistas ao Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo, com o intuito de derrubá-lo.

¹⁰³ O presente artigo é parte integrante da minha tese de doutorado defendida em 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos-SP, com o título "Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB", sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Villa.

¹⁰⁴ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar); Mestre em História Social das Relações Políticas (Ufes), Professor adjunto do Departamento de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal do Espírito Santo/Ceunes, Campus São Mateus.

O Golpe de 64 e o Regime civil-militar estão entre os assuntos mais estudados da história política brasileira, a ponto de qualquer tentativa de se fazer uma menção às obras consideradas mais relevantes, incorreríamos em graves injustiças. E ao completar, em 2014, cinquenta anos de sua instauração, vêm sendo amplamente revisitados por renomados historiadores, sociólogos, cientistas políticos, entre outros profissionais das ciências humanas, que, seja por meio de livros, artigos ou eventos acadêmicos, procuram sinalizar para novas possibilidades de estudos surgidas ante as reflexões que o distanciamento histórico permite realizar, considerando as novas técnicas e metodologias de pesquisa, as novas fontes documentais outrora inacessíveis, além, é claro, de novos apontamentos de natureza teórica.

O presente artigo se enquadra exatamente nesse contexto e propósito. Tem como objetivo analisar os rebatimentos do Golpe civil-militar de 1964 no Estado do Espírito Santo, procurando compreender a interrupção da democracia dos anos 1945-1964 na realidade capixaba. Fazendo uso de uma variada gama de documentos, tendo sido pautada na metodologia da pesquisa documental, procura compreender o posicionamento dos principais atores individuais e coletivos do Estado diante do Golpe, e reconstituir os diferentes contextos e movimentações das principais forças políticas opositoras, ocorridas entre os anos de 1964 e 1966, realizadas com o intuito de destronar do governo estadual o então governador Francisco Lacerda de Aguiar, vulgo Chiquinho.

Partindo dessas considerações, o artigo está dividido em três partes, além dessa introdução: na primeira, analisamos a conjuntura estadual ante a crise do governo Goulart e do golpe de 64. Procura-se, nesse tópico, identificar o posicionamento dos principais atores políticos antes aquele conturbado momento. Em seguida, no segundo item, as atenções se direcionam para a análise das tensões que marcaram aqueles dias do Golpe. E por fim, na terceira parte, narra-se a verdadeira conspiração que ocorreu com vistas a destronar do poder o então governador Francisco Lacerda de Aguiar, procurando identificar as principais razões, interesses e atores envolvidos na trama. Ao final, traçamos alguns comentários à guisa de conclusão.

O GOLPE DE 64 NO ESPÍRITO SANTO

Em termos regionais, no momento da instauração do Golpe de 1964, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar¹⁰⁵, eleito em 1962, tendo vencido Jones dos Santos Neves¹⁰⁶, ex-interventor de Vargas (1943-1945) e ex-governador (1951-1954). Chiquinho, como popularmente conhecido, pertenceu ao PSD até momentos antes do pleito de 1954, partido que abandonaria para se candidatar ao Governo do Estado pela *Coligação Democrática*, quando se saiu, pela primeira vez, vitorioso. Lacerda de Aguiar era fazendeiro de Guaçuí, sul do Estado, e iniciara sua carreira política em meados da década de 1920, quando atuou, juntamente com sua família, no processo de emancipação do Município. Posteriormente, em 1936, fora eleito vereador pelo PSD, sigla criada durante o Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) para dar sustentação aos interventores varguistas nos Estados. Após a redemocratização ocorrida em 1945, voltou a ingressar no PSD, partido do qual só se desligou em 1954. Além disso, Chiquinho foi interventor de Guaçuí (1945 a 1947), depois Prefeito eleito da mesma cidade (1947 a 1950) e Deputado Federal (1950 e 1954) (SILVA, 1995).

Em relação ao posicionamento dos principais agrupamentos políticos, a correlação de forças na Assembleia Legislativa beneficiava o Governo Lacerda de Aguiar, que contava com uma ampla maioria. O único partido que fazia oposição sistemática era o PSD, que possuía 14 dos 43 deputados estaduais. Os demais parlamentares (num total de 29), embora membros de partidos cujas bancadas nem sempre eram unidas e fiéis ao Governador, faziam parte da coalizão do governo *Chiquinho*, o que propiciava uma margem de manobra bastante confortável para o mandatário.

Portanto, politicamente, vivia-se no Estado o apogeu da polarização entre o PSD e as forças políticas reunidas na *Coligação Democrática*, o que permeou todo o período 1945-1964. Importante salientar que a referida *Coligação* era constituída por uma ampla gama de agremiações partidárias, que incluía PSP, UDN, PRP, PDC, PRT, PTN, PSB, inclusive o PTB, que no plano nacional se alinhara, pelo menos na maior parte dos pleitos, ao lado do PSD. Outro aspecto que vale a pena destacar em termos de esclarecimento, é que o PTB, pelo menos a sua parcela hegemônica, possuía um perfil bastante fisiológico e conservador, bem diferente da agremiação em âmbito nacional.

¹⁰⁵ Francisco Lacerda de Aguiar foi governador do Espírito Santo em duas oportunidades: uma, entre 1954 e 1958; e outra, entre 1963-1966.

¹⁰⁶ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma, como interventor, entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley, que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Outra, depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, quando retornou ao Palácio Anchieta para o segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1950 e 1954.

Curiosamente, até as vésperas do Golpe de 64, a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional. Os principais jornais capixabas da época mostravam um Estado que, pouco antes do golpe de 1º de abril, acompanhava à distância os embates que acabaram conduzindo o Brasil ao golpe e ao regime militar. Isso não quer dizer que o Estado estivesse imune a tais conflitos. Havia quem se posicionasse de forma mais veemente de um dos lados da disputa, tal como o jornal *A Tribuna*, propriedade do PSP de Adhemar de Barros, dirigido na época pelo jornalista Djalma Magalhães, que se declarou a favor do golpe (CAETANO, 2002)¹⁰⁷. Além desses, havia também posicionamentos erráticos ou indecisos, como o do Jornal *A Gazeta*, que passou a legitimar o movimento somente nas vésperas do Golpe. Todavia, nada que se comparasse à campanha feita por veículos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, como *O Globo*, *Tribuna de Imprensa*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã*, entre outros, que se posicionavam abertamente a favor de uma conspiração militar que pudesse salvar o Brasil da corrupção e do perigo da infiltração comunista.

No plano nacional, a exceção foi o Jornal *Última Hora*, comandado pelo jornalista Samuel Wainer, veículo que era direcionado a segmentos populares, o qual fazia vigorosa defesa do governo do Presidente João Goulart. Os veículos pró-golpe vendiam a ideia, evidentemente falseada, de um país à beira do caos, ameaçado de transformar-se numa suposta e fantasiosa "república sindicalista" pelas mãos de Jango (WAINER, 2005; FERREIRA, 2011).

No Espírito Santo, além de *A Tribuna*, jornais como *A Gazeta*, propriedade de Carlos Lindenberg e veículo de comunicação oficial do PSD, e *O Diário*¹⁰⁸, pertencente ao então Governador Lacerda de Aguiar e veículo à disposição da *Coligação Democrática*, estavam muito distantes do tom histórico e apoteótico impresso no noticiário dos principais jornais cariocas, paulistas e mineiros (CAETANO, 2002).

Efetivamente, os jornais capixabas, enquanto veículos oficiais dos principais grupos políticos constituídos na cena política local da época, mostravam que o Espírito Santo tinha outras prioridades nos anos iniciais da década de 60, sendo as mesmas muito mais locais. Os três primeiros meses de 1964, por exemplo, foram marcados pelo auge da hoje quase esquecida campanha pela encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), concessionária responsável pela distribuição de energia no

¹⁰⁷ Portanto, o posicionamento de *A Tribuna* se torna compreensível, já que se tratava de um veículo ligado ao então governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), um dos maiores ícones *populistas* do país, que viria a ser um dos "líderes" civis do golpe.

¹⁰⁸ O Arquivo Público do Espírito Santo dispõe de poucos exemplares do Jornal *O Diário* – 1969 e janeiro de 1970. Isso porque, pouco tempo antes de fechar suas portas, a sede do Jornal foi destruída por um incêndio.

Espírito Santo, de capital canadense e famosa pela péssima qualidade dos seus serviços, marcados pelos apagões e pelo alto valor das suas tarifas (CAETANO, 2002).

A campanha pela encampação, cuja liderança coube ao General José Parente Frota, à época, também Deputado Estadual pelo PSD, se relacionava com o fato de o Governo do Estado continuar a construção da Usina Hidrelétrica de Rio Bonito, de iniciativa da gestão Jones dos Santos Neves (1951-1954), e se sustentava no argumento do líder da campanha pela encampação, na tese de que “[...] não valia a pena entregar a sua distribuição à Central Brasileira [...] [pois esta parte] é o *filé mignon* do processo [...]” (FROTTA, 1982).

Aliás, encampação parecida havia ocorrido em 1959 no Rio Grande do Sul, durante o Governo Leonel Brizola (1959-1962), com a Companhia de Energia Elétrica Riograndense – subsidiária da *American & Foreign Power* –, episódio que foi alvo de muitas críticas por parte dos setores mais à direita e pelo Governo norte-americano¹⁰⁹. A esse respeito, o General José Parente Frota, que era conservador, relata que entrou na campanha “[...] para não deixar o movimento cair na mão dos comunistas [...]” (FROTTA, 1982), tal como supostamente teria ocorrido no sul.

No Legislativo Estadual, o Deputado Mário Gurgel, membro da parcela minoritária e mais à esquerda do PTB, era uma das poucas vozes que pendiam para a defesa do Governo Jango. Em contrapartida, o Deputado estadual Hélcio Pinheiro Cordeiro (UDN) defendia mais abertamente e com veemência o movimento golpista, ao qual se somavam outras vozes mais conservadoras, como a da Deputada pessedista Judith Leão Castello Ribeiro, que travou debates bastante acalorados com o Deputado Mario Gurgel (PTB) (GURGEL, 1998).

Simultaneamente à campanha contra a CCBFE, o mesmo Jornal vinculado ao PSD, que naquele momento se encontrava na oposição, desenvolvia implacável campanha contra o Governo de Francisco Lacerda de Aguiar: veiculava quase que diariamente um turbilhão de denúncias e críticas contra a administração do referido governador (CAETANO, 2002). Indicava-se, especialmente, a má gestão dos recursos públicos, acompanhada da desordem a que a administração estadual estava submetida, e apontava-se para a falta de preparo técnico de Chiquinho.

¹⁰⁹ As repercussões negativas da encampação da empresa por Leonel Brizola podem ser encontradas em VILLA (2004).

No que tange ao chefe do executivo, durante os dois períodos em que governou o Estado (1955-1958 e 1962-1966), ambos marcados por crises envolvendo militares, Chiquinho teve posicionamento pendular. No seu segundo governo, para o qual foi eleito pela *Coligação Democrática*, reuniu, tal como já mencionado, um amplo espectro de forças político-partidárias (PSP/UDN/PRP/PSB/PDC/PRT/PTN/PTB), destacando-se o PTB, partido do então Presidente da República. Em relação ao quadro de polarização¹¹⁰ que marcava a política brasileira daqueles conturbados anos, ora o governador pendia para uma postura governista em âmbito federal, uma vez que tinha bom relacionamento com Jango¹¹¹, ora pendia para uma postura de aproximação com aqueles que conspiravam.

Foi somente a poucos dias da deflagração do Movimento de 64, que começaram a aparecer no mesmo jornal *A Gazeta*, notas e notícias que alertavam para a possibilidade de um golpe. No dia 12 de março de 1964, por exemplo, *A Gazeta* registrou a ida de uma caravana capixaba, composta de sete ônibus, ao emblemático comício da Central do Brasil, realizado no dia 13, no Rio de Janeiro (CAETANO, 2002). Mas, dias depois, por outro lado, um grupo de senhoras ligadas à UDN capixaba iniciou uma articulação no sentido de realizar, em Vitória, uma manifestação semelhante à *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, organizada por setores direitistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Resolveram, então, solicitar ao arcebispo de Vitória à época, Dom João Batista da Motta e Albuquerque¹¹², que coordenasse a manifestação. Mas Dom João não só se recusou a fazê-lo, como ainda condenou a manifestação conservadora. Foi o suficiente para que se iniciasse uma violenta reação de deputados estaduais conservadores, que denunciaram o "comunismo" de Dom João.

Curiosamente, *A Gazeta* saiu em defesa do bispo, tanto por intermédio de editorial, quanto por seus colunistas. Um deles chegou a chamar as tais senhoras udenistas de "histéricas" (CAETANO, 2002). Desse modo, a temperatura política no Estado começou a subir, de fato, nos dias que antecederam ao

¹¹⁰ Sobre esse quadro de radicalidade verificado na primeira metade dos anos 1960 e no Governo João Goulart, ver: VILLA (2004); FERREIRA (2011). E, ainda, BANDEIRA (2001); e SANTOS (2003).

¹¹¹ Importante registrar que João Goulart mantinha o hábito de despachar no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, apesar de oficialmente a capital ter se transferido para Brasília. Pela proximidade, vinha constantemente ao Espírito Santo, especialmente nas férias, finais de semana e feriados prolongados, quando repousava na residência oficial do Governo estadual, na Praia da Costa, localizada no Município de Vila Velha, ES. Ressalte-se ainda que a família Goulart passou o carnaval de 1964 no Estado do Espírito Santo.

¹¹² Dom João Batista da Motta e Albuquerque foi o sexto Bispo do Espírito Santo, entre os anos de 1957 e 1958. Com o desmembramento das dioceses de Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus e com a criação da Província Eclesiástica de Vitória, tornou-se o primeiro arcebispo metropolitano de Vitória, investidura na qual permaneceu até 1984, ano de sua morte. De 1962 a 1965, participou ativamente do Concílio Vaticano II. Vinculado à Teologia da Libertação, Dom João Batista era muito ligado a diversos movimentos sociais do Estado. Para maiores esclarecimentos, ver: VESCOVI (2007).

Golpe de 1º de abril de 1964, o que obrigava tanto a Chiquinho, quanto aos demais atores envolvidos, a tomarem suas posições.

De um lado, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) no Estado, Manoel Santana, pedia o apoio para Jango. Do outro, as notícias que vinham dos demais Estados e do 3º BC¹¹³, comandado pelo Coronel Newton Fontoura Reis, apontavam que a *revolução* prevaleceria. Como Chiquinho tinha boas relações com os dois lados daquela disputa, além de um perfil conciliador, acabou esperando a poeira baixar antes de tomar qualquer decisão. Para Borgneth (2009, p. 67), caso “[...] o presidente se mantivesse no poder, ele sobreviveria, e se a provável vitória dos militares acontecesse, ele possuía uma carta secreta na manga já fazia algum tempo [...]”.

A tal carta na manga era um acordo firmado com o então Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), nos meses que antecederam ao Golpe. Por ele, o Governo do Espírito Santo teria um papel estratégico nas movimentações que levariam à deposição do Presidente da República, especialmente se levarmos em consideração o fato de que, no calor dos acontecimentos de março/abril de 1964, existia a possibilidade iminente de que, contra o golpe, entraria em ação o famigerado *dispositivo militar de segurança*, coordenado pelo chefe do Gabinete Militar do Governo João Goulart, o General Assis Brasil, por meio do qual o Governo resistiria¹¹⁴.

Na mesma entrevista citada anteriormente, Lacerda de Aguiar descreve a fragilidade militar do Estado e reitera as articulações feitas com o então Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em que o chefe do executivo mineiro se comprometia a disponibilizar tropas que aguardariam em Governador Valadares, região interligada ao Espírito Santo por via férrea, bem como munição no sentido de dar condições de combate ao Espírito Santo (CHICO, 1972).

Segundo Borgneth (2009), Chiquinho acabou aderindo ao movimento pela derrubada de João Goulart na véspera do acontecimento pelo fato de o então Governador achar que Jango

pretendia fazer aqui uma república sindicalista, até disseram que o Espírito Santo era o primeiro estado e Sergipe o segundo. Então ia chegar aqui um sindicato e assumir o governo e eu, naturalmente, ia procurar apoio, não tinha, e ficava por isso mesmo. Aí faziam em Sergipe, em um outro estado pequeno até chegar nos grandes. “Isso quem me falou foi o Magalhães Pinto” (AGUIAR *apud* BORGNETH, 2009, p. 68).

¹¹³ À época, 3º batalhão de Caçadores, atualmente 38º Batalhão de Infantaria (38º BI).

¹¹⁴ Para maiores esclarecimentos sobre o dispositivo militar de segurança de Jango, ver GASPARI (2002a).

Segundo tal explicação, o perfil ideológico conservador de Chiquinho, afinado ao dos golpistas, teria falado mais alto em um momento de polarização política tal como o daqueles anos iniciais da década de 1960. Mas, em outro depoimento de Lacerda de Aguiar, citado pelo mesmo autor, encontramos uma resposta mais robusta ao questionamento acerca do que teria levado Chiquinho a aderir ao Golpe. Em 13 de março de 1964, portanto no dia em que ocorreu o Comício da Central do Brasil, Chiquinho estava no Rio de Janeiro e foi convidado por Jango para participar. No depoimento, aponta o principal motivo que o teria levado a aderir ao movimento golpista:

Eu estava no Rio de Janeiro quando Jango fez aquele comício da Central do Brasil, ele me telefonou para eu ir e eu não fui ao comício dele. Todos que foram acabaram cassados, eu fui o único que não fui porque eu não concordava com aquilo. Dividir meu suor, meu trabalho, um absurdo! (AGUIAR *apud* BORGNETH, 2009, p. 69).

O fragmento aponta o receio de perder o cargo. Como se sabe, a “[...] legitimação do governo militar passava, num curto prazo, pelo expurgo de líderes políticos vinculados ao regime anterior, em nome da ordem, e contra a ameaça comunista [...]” (ABRÚCIO, 1998, p. 60). Nesse sentido, não restam muitas dúvidas quanto ao fato de que a leitura e o cálculo que Chiquinho fez da conjuntura política do país o induzia a acreditar no sucesso do Golpe, levando-o à tomada de posição em favor dos golpistas.

O 1º DE ABRIL DE 1964 NO ESPÍRITO SANTO, O AMBIENTE DE TENSÃO E O POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS

No dia 1º de abril de 1964, assim *A Gazeta* noticiou o movimento:

Segundo nota oficial da Presidência da República divulgada na noite de ontem pela Agenda Nacional, parte das guarnições militares do Estado de Minas Gerais, sob o comando dos Generais Guedes e Olímpio de Mourão Filho, sublevaram-se na manhã de ontem, o que provocou o imediato deslocamento de tropas do Exército para Minas Gerais [...] (SUMAMENTE, 1964).

No dia 3 de abril de 1964, em editorial, o mesmo Jornal *A Gazeta*, legitimando o movimento, nos revela o clima de tranquilidade sobre o qual ocorrera:

O que foram os acontecimentos que levaram o Sr. João Goulart a se exilar no Uruguai, todo povo os conhece e deles, se temos a lastimar se tivesse sido necessário o uso da força em lugar do remédio legal do “impeachment” do ex-presidente da República, temos que nos regozijar por dois

aspectos. O primeiro, verdadeiramente milagroso, de ter tudo ocorrido sem choque armado. Evitaram-se as lutas fratricidas [...]. O segundo grande aspecto positivo, diz respeito à desambição das Forças Armadas que, dominando inteiramente a situação no país, mantendo em suas mãos todo o poder, apressaram-se a entregar ao Congresso Nacional, numa demonstração não apenas de patriotismo e desambição, mas acima de tudo, do desejo de que estão possuídos os militares de que o país reencontre a trilha democrática [...] (NOVA, 1964).

No mesmo dia 3, o Governador fez, finalmente, o seguinte comunicado:

Nesta hora grave para os destinos da nacionalidade, cumpre-me o dever de, na qualidade de vosso governador e amigo, dirigir-me a todos vós [...]. [...] Após consultar todos os membros do governo e as facções político-partidárias que o compõem e pensando na tranqüilidade e na garantia da coletividade espírito-santense, conclamo o povo do meu estado a que nos mantenhamos unidos, em perfeita paz e harmonia e no mais cordial e franco respeito que sempre existiu na família capixaba [...]. [...] O governo está no firme propósito de assegurar todas as garantias para o estabelecimento das normas constitucionais e preservar, a qualquer custo, a segurança das instituições democráticas, para o que conta com a colaboração das forças militares aqui sediadas, na forma de entendimentos mantidos [...]. [...] Dentro desse propósito, o governo sempre se manteve e se manterá, confiando, para tanto, na solidariedade do povo capixaba, na proteção de Deus e da virgem da Penha [...] (ESPÍRITO SANTO, 1964).

Assim, o Golpe militar que se abateu sobre o país no dia 1º de abril de 1964 não encontrou, no Espírito Santo, grande resistência por parte daqueles poucos que defendiam o Presidente João Goulart e as Reformas de Base. Reproduziu-se, portanto, no Estado, a inoperância dos setores contrários ao Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções do movimento estudantil, que tentou organizar algumas manifestações, e de parte do movimento sindical que, ao fim e ao cabo, não saiu da retórica e de algumas poucas passeatas.

As demais forças e lideranças políticas do Estado com representatividade aderiram ao movimento, independentemente se vinculados ao PSD ou aos partidos políticos que compunham a *Coligação Democrática*, com exceção da ala mais progressista do PTB. Entre as lideranças políticas de peso que apoiaram, direta ou indiretamente, o Golpe, se destacam: Carlos Lindenberg (PSD) (LINDENBERG, 1964), Jones dos Santos Neves (PSD), João Calmon (PSD), João Parente Frota (PSD), Christiano Dias Lopes Filho (PSD), Raul Gilberti (PSP), Asdrúbal Soares (PSP), Eurico Rezende (UDN), os irmãos Floriano e Isaac Rubin (PTB), entre outros.

Na Assembleia Legislativa, composta em sua maioria por representantes do PSD, UDN, PSP e PTB, também não se registraram grandes manifestações contrárias ao movimento de 1964. Os dois principais blocos políticos – PSD, de um lado, e *Coligação Democrática*, de outro – se posicionaram, em sua maioria, favoravelmente. Tal postura se deveu ao receio das cassações, que levou a maior parte dos membros da Assembleia, tanto da oposição quanto da situação, a optar por uma postura discreta. A única

voz que se manifestou contrária ao Golpe, no calor dos acontecimentos do dia 1º de abril de 1964, foi a do Deputado Mario Gurgel, do PTB¹¹⁵, cuja passagem vale a pena relatar a fim de ilustrar as tensões e dificuldades desse momento no Espírito Santo.

Enquanto os atores demarcavam seus territórios por ocasião da nova circunstância, grande parte dos deputados estaduais permaneceu por vários momentos na Assembleia Legislativa escutando as notícias pelo rádio, buscando se inteirar, de modo especial, acerca da resistência que se ensaiava no Sul, a partir da liderança de Leonel Brizola. De fato, na Rádio Farroupilha, de Porto Alegre, Brizola convocava os aliados de Goulart a reagirem contra o golpe nas várias regiões do país. Em um desses momentos, todos tomaram um grande susto quando o político gaúcho disse a seguinte frase: “[...] *General Frota, assumo o comando de nossas forças no Espírito Santo!* [...]” (GURGEL, 2008, p.133)¹¹⁶.

Frota era General do Exército e cumpria mandato de Deputado Estadual pelo PSD. Talvez Brizola tenha feito isso devido à própria formação militar de Frota ou porque, vez ou outra, ele votasse junto com a bancada do PTB ou com alguma bandeira que, via de regra, não era abraçada pelos partidos mais conservadores como o PSD, a exemplo do caso da encampação da CCBFE. Mas isso nem de longe o tornava janguista, e muito menos brizolista.

De uma maneira ou de outra, o acontecido era extremamente comprometedor para Frota. Para minimizar o embaraço e apagar as dúvidas que poderiam lhe custar caro, e visando deixar clara a sua adesão à nova ordem, o Deputado General propôs um voto de louvor às Forças Armadas por terem livrado o Brasil da corrupção e da subversão comunista. O requerimento, pedido oficialmente pelo Deputado Jamil Zouain (PRP), seria votado no dia seguinte e dizia:

os deputados infra-assinados¹¹⁷, face os últimos acontecimentos que culminaram com a vitória das gloriosas Forças Armadas e das forças civis democráticas sobre a infiltração comunista que

¹¹⁵ Membro da Ala progressista do PTB, Mario Gurgel deixou o partido em 1960 para se filiar ao MTR, agremiação criada pelo Deputado Fernando Ferrari, do Rio Grande do Sul, após discordância quanto à indicação do candidato a Presidente da sigla em 1960. Com a Morte de Fernando Ferrari, em desastre aéreo ocorrido em 1963, Gurgel voltaria a integrar o PTB a pedido do então Presidente João Goulart.

¹¹⁶ Não foram encontrados os anais da sessão do dia 1º de abril de 1964, mas sim o livro de atas em que estão registrados os resumos dos principais assuntos referentes às sessões. Na ata referente ao dia 1º de abril, consta o seguinte registro: “[...] Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente declara que em face dos graves acontecimentos políticos que assoberbam a Nação vai levantar a sessão, devendo os srs. Deputados permanecerem de prontidão, esclarecendo que a sessão poderá ser reaberta a qualquer momento [...]”. É provável que nesse ínterim tenha ocorrido o episódio. ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Espírito Santo. Livro de atas. 1º abr. 1964.

¹¹⁷ Os seguintes Deputados assinaram o requerimento: Tuty Nader (PSD), Oscar de Almeida Gama (PSD), Pedro Leal (PSD), Feu Rosa (UDN), Setembrino Pelissari (UDN), Hécio Pinheiro Cordeiro (UDN), Henrique Del Caro (PRP), Lúcio Merçon (PRP) e Roberto Vivacqua (PSP). Conforme podemos observar, membros tanto do PSD quanto da *Coligação Democrática*.

se vinha verificando no Governo Federal, colocando em perigo a unidade nacional e o regime democrático, requerem, ouvindo o plenário em registro, nos anais da Casa, um voto de congratulações com o povo brasileiro, significando este ato uma manifestação vibrante do registro estadual contra todas as tentativas de comunização do Brasil e da destruição dos seus principais regimes cristãos (GURGEL 2008)¹¹⁸.

Como se sabe, o clima de tensão eivava o cenário político daquele momento e poucos apostavam na não aprovação do requerimento. Isso porque, naquelas circunstâncias, o cálculo político mais sensato para não se perder o mandato ou cargo que ocupava, era apoiar ao Golpe Militar. Portanto, não havia dúvida de que a homenagem seria aprovada. Aliás, toda a oficialidade que servia no Espírito Santo estava presente com traje de gala para assistir à sessão!

Todavia, logo após a leitura do requerimento, o Deputado Mario Gurgel (PTB), membro da maioria governista e um dos poucos que se posicionavam abertamente em favor do Governo João Goulart, pediu a palavra e fez um eloquente discurso, em que listou uma série de circunstâncias em que os militares teriam incorrido em traição:

Traíram a oligarquia rural no episódio da abolição. Traíram a Princesa na Proclamação da República. Traíram Deodoro ao apoiar Floriano. Traíram também Floriano. Mais tarde traíram Washington Luís na Revolução de 30. Depois, traíram Getúlio em 1945. Cinco anos depois, traíram Dutra. Em 1954, traíram Getúlio de novo. Tentaram trair Juscelino. Traíram Janio por ocasião da renúncia. E agora estão traíndo Jango. [...] Mas este humilde parlamentar, que o Presidente constitucional deste país honrou com sua amizade e sua confiança, não permitirá mais esta ofensa a um homem que já não pode se defender. A *maioria* não aprova este voto de louvor [...] (GURGEL *apud* GURGEL, 2008, p. 134;).

E prosseguiu dizendo:

Sinto, lamento e lastimo a posição a que foi levado o presidente João Goulart. Tenho que ser solidário a esse homem que nos momentos mais difíceis de minha vida pública sempre me prestigiou, sempre me destacou, sempre me considerou [...] (GURGEL *apud* BORGNETH, 2007, p. 79)¹¹⁹.

Pairou sobre os presentes, uma mistura de tensão e constrangimento, ninguém falava nem se mexia. Tudo podia acontecer... O primeiro a se manifestar em reação foi justamente o deputado General Parente Frota, que pediu a palavra e disse o seguinte:

- Vossa Excelência acaba de pronunciar um discurso que honraria qualquer parlamento do mundo. Todos nós estamos mais uma vez diante de seu inquestionável talento como orador. Mas

¹¹⁸ Tanto esse fragmento, quanto o debate travado entre Mário Gurgel e o Deputado Parente Frota, foram extraídos das duas biografias produzidas sobre Mario Gurgel por seu filho, Antônio de Pádua Gurgel, e da imprensa, uma vez que os documentos da Assembleia Legislativa (Anais e outros) dos meses de março e abril de 1964 foram perdidos, ao que tudo indica, na mudança de sede que ocorreu no início dos anos 2000.

¹¹⁹ PARLAMENTARES capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango, *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 1º abr. 1964.

Vossa Excelência precisa saber que jamais chegará a ser o Rui Barbosa desta Assembléia [...] (FROTA *apud* GURGEL, 2008, p. 134).

E Gurgel retrucou: “- *Mas eu tenho um consolo. Vossa Excelência também jamais será o Duque de Caxias do Exército*”. O requerimento foi rejeitado, mas Mario foi conduzido poucos minutos depois num Jipe ao 3º BC. Chegando ao quartel, ocorreu o inusitado: a primeira coisa que fez foi pedir uma xícara de café ao Comandante Newton Fontoura Reis, que advertiu: “- *Deputado, eu não vou fazer isso com o Senhor. Este café aqui do quartel é horrível, ninguém consegue beber*”. No que Mario respondeu: “- *Não tem problema. Pode servir assim mesmo*”. Após ter bebido o café e acendido um cigarro, Gurgel estabeleceu o seguinte diálogo com Newton Reis: “- *Coronel, eu não sei o que vai me acontecer. Peço ao Senhor que diga uma coisa a meu filho: não se deve abandonar os amigos quando eles estão em situação difícil.*” E o Coronel respondeu: “- *Deputado, o Senhor mesmo poderá dizer isso a seu filho. Não vai lhe acontecer nada. Depois de ter bebido este café sem fazer cara feia, não é justo que o senhor receba qualquer outra punição. Pode ir até a sua casa. Só peço que, em seguida, vá para o seu sítio, e não saia de lá para nada* (GURGEL, 1998, p. 135; GURGEL et al., 2000)”. Dessa forma o deputado Mario Gurgel procedeu. Nota-se, então, que, apesar do incidente, ninguém da Assembleia Legislativa foi cassado imediatamente após o Golpe (NENHUM, 1966, p. 1).

A CONSPIRAÇÃO E A QUEDA DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Ao contrário do que ocorrera em vários Estados e com diversos governadores, Francisco Lacerda de Aguiar, que exercia o cargo de Governador, não foi deposto imediatamente após a eclosão do movimento político-militar de 1964. Por conta de sua adesão, mesmo que tardia, o político permaneceu no poder. Todavia, na medida em que o Regime se perpetuava, passando a reorientar os rumos políticos e econômicos do país, o Governo Chiquinho passa a representar um sério obstáculo aos anseios, tanto do regime autoritário, quanto das elites regionais que a ele passam a se alinhar.

E foram exatamente essas forças políticas regionais, as mesmas identificadas com os setores *urbano-industriais*, reunidas em torno do antigo PSD, doravante inseridas na Arena, que haviam perdido o pleito, em 1962, para Lacerda de Aguiar, que passaram a articular ações, a partir de maior aproximação com o Regime Militar, visando a retirá-lo do Governo, lançando mão de uma verdadeira *Cruzada Anti-Chiquinho*.

Assim, além da oposição intransigente que vinha desempenhando desde o início de mandato do governador, cujos ataques buscavam construir a imagem de governo caótico e incompetente, o Jornal *A Gazeta*, veículo de comunicação oficial do PSD, passou a acentuar as denúncias de supostos atos de corrupção por parte do Governo Chiquinho, denúncias que vinham ocorrendo simultaneamente no legislativo estadual, bem como na Câmara Federal, por meio de diversos pronunciamentos do Deputado Estadual Christiano Dias Lopes e do Deputado Federal Oswaldo Zanello (PRP)¹²⁰, respectivamente.

Como já salientado, na Assembleia Legislativa, as Forças Políticas estavam divididas entre os partidos que compunham a *Coligação Democrática*, sob a liderança de figuras como Setembrino Pelissari (UDN), Mário Gurgel (PTB) e Hélsio Pinheiro Cordeiro (UDN), sendo que este último, apesar de suas ambiguidades e críticas a Lacerda de Aguiar, nos momentos decisivos se posicionava ao lado do Governo; e do PSD, que fazia uma oposição implacável e, em alguns momentos, intransigente ao Governo Chiquinho. Das forças pessedistas, o nome que adquiriu maior envergadura nessas circunstâncias foi Christiano Dias Lopes Filho que, com o tempo, passou a receber a alcunha de líder da *Cruzada Anti-Chiquinho*.

E as denúncias de corrupção não ficavam restritas aos discursos de determinadas lideranças políticas: levantadas tanto pelo jornal oposicionista – *A Gazeta* – quanto pelo Legislativo, tais movimentações redundaram na instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM) em que indicavam, e cada vez com mais veemência, a postura ambígua do Governador, que, segundo os mesmos, teria aderido à *Revolução* somente depois de a mesma ter se consolidado (CHICO, 1972).

Várias acusações pesavam sobre Chiquinho. Uma delas era a de uma suposta irregularidade envolvendo a compra e a instalação de postes de iluminação pública, segundo a qual, no lugar de postes de concreto, estavam sendo colocados postes de madeira que eram, segundo as denúncias, retirados da fazenda do próprio governador, localizada no Município de Guacuí, sul do Estado. Tais acusações tiveram, inclusive, repercussões nacionais (CHICO, 1972). O Jornal *O Diário*, de propriedade do Governador, apressou-se em contestar as acusações por meio de editoriais e de diversas matérias, demonstrando uma relação de pessoas que venderam os postes e a quantidade, mas o estrago já havia sido feito¹²¹.

¹²⁰ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, [DCD 24/03/1965](#). p. 1152; ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, [DCD 19/11/1965](#). p. 8746; ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, [DCD 13/11/1965](#). p. 9627; OSWALDO Zanello: - Chiquinho é marcada e remarcadamente um Governador corrupto. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 out. 1965.

¹²¹ O Jornal *A Gazeta* de 15 de setembro de 1965 publicava: O jornal da Guanabara Tribuna da Imprensa publicou um tópico divulgando a grande corrupção existente no governo de Lacerda de Aguiar, e a promessa do coronel Bandeira de Queiroz

Outra acusação bastante grave, noticiada pelo jornal da oposição, se referia à compra de máquinas agrícolas. Afirmava o veículo de imprensa que, segundo denúncias, o Governador teria se beneficiado com vultosas propinas (GOVERNO, 1965). Vale lembrar que se tratava da mesma acusação de corrupção feita pela oposição legislativa. Pesavam também contra o Governador supostas irregularidades na venda de terras da Esplanada da Capixaba, no Centro da Capital, e do norte do Estado, as quais já haviam motivado vários pedidos de instauração de comissões processantes, especialmente do líder do comando *Anti-Chiquinho*, Christiano Dias Lopes Filho (CHRISTIANO, 1965, ANAIS da Câmara dos Deputados, 13/11/1965).

Em julho de 1964, o Comandante do 3º BC, Cel. Alberto Bandeira de Queiroz, que substituiria Newton Fontoura Reis, em meio ao turbilhão de acusações contra o Governador, assumiu, prometendo apurar todos os fatos e tomar providências enérgicas (CHICO, 1972). Convidou os deputados estaduais Alcino Santos e Jehovah Miranda Ferreira, do antigo PSD, mais Antônio Jacques Soares e Manoel Monteiro Lobato, ex-petebistas que, nessa altura, já haviam tomado posição contra o Governo, para uma reunião¹²² a fim de conseguir apoio junto à classe política capixaba para tirar Chiquinho do poder (BORGNETH, 2007).

Mas as coisas realmente se complicaram para Lacerda de Aguiar após a prisão, ocorrida no dia 23 de setembro de 1965, no Aeroporto de Vitória, de Fernando Ferreira do Amaral (conhecido como Ferrinho), empreiteiro e administrador de obras do Estado junto à Secretária de Viação e Obras Públicas. A prisão que, segundo consta, teria como principal motivação o envolvimento de Ferrinho em movimentações estudantis durante o Governo Jango, tinha, na realidade, a intenção de sabatiná-lo por conta do cargo estratégico que possuía na estrutura administrativa (SILVA, 1995), o que municionaria as denúncias de corrupção feitas pela oposição em relação ao Governo Lacerda de Aguiar.

(coronel comandante do 3º BC de Vitória) de apurar tudo e tomar providências enérgicas. No mesmo jornal, na coluna, "Fatos e Rumores", assinada por Hélio Fernandes, publicava-se que "o governador do Espírito Santo, Lacerda de Aguiar está procedendo a colocação de postes para iluminação pública entre Vitória e Vila Velha. Mas acontece que os postes que inicialmente seriam de concreto, passaram a ser de madeira. Os postes de madeira estão sendo retirados da propriedade do governador mas estão custando ao Estado o mesmo que custariam se fossem de concreto". Para maiores esclarecimentos, ver: MEDEIROS, Rogério. Chico, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora*. ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972; LEGISLATIVO debate denúncias da Imprensa do Rio sobre Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 22 set. 1965.

¹²² Essa reunião é citada pelo deputado Alcino Santos no livro GURGEL (2000), e confirmada pelo ex-governador Christiano Dias Lopes: "Os deputados foram chamados no 3º BC depois do golpe, agora, se o assunto era o Chiquinho ou a revolução eu não sei. Eu não fui chamado, porque eles sabiam que eu era contra o Chiquinho", disse Christiano em entrevista concedida no dia 10/10/05 (BORGNETH, 2007, p. 84).

Durante o interrogatório no 3º BC, Ferrinho acabou revelando, segundo versão dos militares, detalhes das operações financeiras que, com o tempo, acabaram se tornando o grande pretexto para o afastamento do Governador do seu cargo. Ele teria, por exemplo, confessado o favorecimento de Francisco Lacerda de Aguiar com *presentes* que haviam sido pagos com recursos dos cofres estaduais. Entre os bens recebidos por Chiquinho constaria um trator, um carro, duas casas, obras na sua fazenda e doações que ultrapassavam a cifra de Cr\$ 42 milhões de cruzeiros¹²³. Durante as investigações, ocorridas em sua maioria nos meses de setembro e outubro de 1965, mas que prosseguiram nos meses seguintes, foram sendo arrolados diversos documentos, inclusive de empresas envolvidas nas compras dos bens acima indicados¹²⁴. Diante dos fatos e das provas, a situação de Chiquinho ficou insustentável.

Tendo como base essas e outras informações, bem como o ambiente adverso à figura de Lacerda de Aguiar, o comandante do 3º BC, Coronel Alberto Bandeira de Queiroz, concluiu o Inquérito da Policial Militar (IPM) nº 535, que havia sido instalado, e enviou a remessa com toda a documentação ao general Arthur da Costa e Silva, na época Ministro de Guerra (INQUERITO, 1965), que a repassou, em seguida, ao presidente Castelo Branco, o qual, por sua vez, a encaminhou ao Ministro da Justiça, Juracy Magalhães, com o subtítulo *Corrupção no Estado do Espírito Santo* (INQUERITO, 1965).

Enquanto o processo viajava, os ataques contra Chiquinho não cessavam. Em editorial publicado no dia 7 de outubro de 1965, *A Gazeta*, de Carlos Lindenberg, dava o tom da campanha *Anti-Chiquinho* empreendida pela oposição:

As investigações policiais militares ora realizadas no Espírito Santo pelas Forças Armadas, ao cair do dia de ontem, assinalavam o aumento das apreensões nas áreas políticas governamentais no mesmo ritmo de crescimento dos dias anteriores. [...] Ao mesmo tempo a imprensa governista vem debitando à oposição toda a responsabilidade pelo clima de tensão em que vive o Estado, isto na impossibilidade de registrar a verdade, de dar o verdadeiro nome do responsável pelo estado de coisas a que chegou o Espírito Santo. Todos estão lembrados do dia em que o Sr. Lacerda de Aguiar abriu manchetes na Imprensa de Vitória e do Rio de Janeiro [...] admitindo que cometera erros na sua administração anterior e que se cercara de maus elementos. A confissão despertou nos homens de bem uma fugaz esperança de que o homem voltaria com boas intenções, disposto a não errar, principalmente pela promessa então feita [...]

¹²³ Tais informações constam em diversas matérias de *A Gazeta*, a exemplo de: FERRINHO declarou ao IPM que deu dinheiro e bens ao Governador no valor de quarenta e dois milhões. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 12 nov. 1965; FERRINHO no IPM: dei 7 milhões ao Secretário Hélio. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 14 nov. 1965; BOATOS assustam Governo: repercutem com intensidade as prisões. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 07 out. 1965.

¹²⁴ Constam em diversas matérias de *A Gazeta*, entre elas, destacamos as seguintes: FERRINHO alinhavou para IPM bens que conseguiu em 2 anos. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 23 nov. 1965; NOVAS e surpreendentes revelações de Ferrinho: 'recebi mais dinheiro do em obras realmente realizadas'. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 nov. 1965; CARTA da Vitória Diesel S/A arrasou defesa de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 18 dez. 1965; FERRINHO ao IPM. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 14 dez. 1965.

de que saberia escolher seus auxiliares. O resultado da escolha todos sabem. Os mesmos aproveitadores da coisa pública se espalharam sobre o Anchieta [...] (O GRANDE, 1965).

Outro bom exemplo foi o longo discurso proferido da Tribuna da Câmara Federal pelo Deputado Federal Oswaldo Zanello, no dia 13 de novembro de 1965:

Entendo de meu dever, como representante do Espírito Santo, dar satisfações à Casa e à Nação, porque nunca, jamais, em tempo algum na história da nossa vida político administrativa [sic], houve qualquer acontecimento que tivesse semelhança com o monturo de bandalheiras, de roubos e de assaltos aos cofres públicos inaugurado pelo atual Governador. Tendo as autoridades militares determinado abertura de inquérito para investigação [...], apuraram os militares que uma verdadeira “gang” estava organizada para assaltar o Tesouro Nacional e tinha por chefes o próprio Governador e seu filho, que é homem público, Ministro do Tribunal de Contas do Estado, atualmente exercendo sua vice-presidência. São bilhões de cruzeiros manipulados ilícita e criminosamente na aquisição, sem concorrência pública, ou com concorrência realizada após a compra, em conluio com um sócio do Sr. Leonel Brizola, de máquinas para indústrias agrícolas, sem qualquer planejamento, visando, tão somente, com tais volumes de compras, comissões fabulosas nas quais estão envolvidas grandes firmas nacionais [...] (ANAIS da Câmara dos Deputados, DCD 13/11/1965).

É possível notar que, além dos fortes ataques indicando a face corrupta do Governo Chiquinho, o discurso também busca relacionar o nome do Governador a elementos considerados *subversivos* com vistas a legitimar, em nível nacional e em termos políticos, a deposição do Governador Lacerda de Aguiar.

No dia 10 de novembro, o IPM chega ao Legislativo Estadual para leitura e apreciação (A QUALQUER, 1965; IPM, 1965). O então Deputado Setembrino Pelissari, líder do governo Chiquinho na Assembleia, se recorda de que os militares, bem como os membros da oposição, sob a liderança do Comando *Anti-Chiquinho*, Christiano Dias Lopes Filho, desejavam cassar o governador sem direito à defesa.

O processo foi lido, como toda matéria tem que ser lida na Assembléia. Então eu comecei a obstruir para a leitura atrasar. Eu, como líder do governo e advogado, não podia concordar com aquilo, não se pode condenar ninguém sem uma defesa. Eu era a favor da revolução, mas reagi contra, fiz um discurso contra. O processo de Impeachment do governador estava sendo feito fora dos parâmetros legais, queriam que votássemos aquilo ali na hora, não teria defesa e nem nada. Eu não sei como eu não saí preso naquele dia da Assembléia (PELLISSARI, Apud. BORGNETH, 2007, p. 89).

Embora o governo tivesse a maioria na Assembleia Legislativa, poucos parlamentares se dispuseram a fazer uma defesa mais sistemática do Governador Lacerda de Aguiar. As exceções foram o já citado Setembrino Pelissari (mais moderado), Mario Gurgel (que também saiu em defesa de Chiquinho) e a voz mais eloquente e exaltada, o Deputado udenista Hélsio Pinheiro Cordeiro que, de maior defensor do Golpe de 64 na Assembleia Legislativa e um dos maiores críticos de Chiquinho – tendo um mês antes

do Golpe, inclusive, acusado o Governador de ter seguido o “caminho do Sr. João Goulart” (CHICO, 1972) –, passou a Deputado cassado por conta da defesa que fez do próprio Chiquinho (DE CONSPIRADOR, 1984).

Portanto, do lado governista, tentava-se de todas as maneiras protelar o andamento dos trabalhos¹²⁵. Na mesma sessão, ocorrida na Assembleia no dia 10, numa típica manobra para atrasar o andamento do processo, Setembrino Pelissari levantou a necessidade de se formar uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos (ASSEMBLEIA, 1965). Adalberto Simão Nader, ex-petebista, então Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, pediu 48 horas para analisar a questão e encerrou a sessão.

Evidente que nem os oficiais, nem a bancada do PSD¹²⁶ ficaram satisfeitos com a manobra, uma vez que prolongava o processo e dava margem para uma virada de mesa dos governistas. Recorreram constantemente ao coronel Dilermando Gomes Monteiro, então sub-chefe da Casa Militar da Presidência da República, que por diversas vezes desembarcou no Estado, especialmente na reta final, no mês de janeiro de 1966, quando permaneceu por vários dias na capital capixaba, intervindo diretamente nos trabalhos da Comissão de Inquérito que fora instaurada (DILERMANO, 1966; CEL, 1966; CORONEL DILERMANO, 1966).

Visando a engrossar o caldo contra Chiquinho, os deputados estaduais Roberto Vivácqua, membro do antigo PSP, além dos ex-pessedistas Mikeil Chequer, Alcino Santos, Jehovah Miranda Ferreira, Tuffy Nader e José Parente Frota prepararam uma nova denúncia, dessa vez baseada em acusações que há tempos já vinham sendo feitas por Christiano Dias Lopes, também ex-PSD, e pela imprensa pessedista, o jornal *A Gazeta*. É importante frisar que tais acusações foram motivo de diversas movimentações da oposição para se instaurarem CPIs antes do IPM. Essas CPIs, que eram sempre impedidas pela maioria governista (GOVERNO, 1965; CRISTIANO, 1965), tinham o objetivo de anexar acusações ao IPM e engrossar a munição contra o governador (ASSEMBLEIA, 1965). Os delitos envolvendo transações de

¹²⁵ O Jornal *A Gazeta* noticiou reiteradas vezes que o governo, com o objetivo de procrastinar o processo contra o Governador, espalhou boatos de que supostos membros do Serviço Nacional de Informação (SNI) estavam no estado com ordens do General Golbery do Couto e Silva para que o IPM contra Chiquinho tivesse uma tramitação prolongada. Para maiores esclarecimentos, ver: DIZIAM-SE agentes secretos e foram presos dentro do carro do Governador, *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 nov. 1965.

¹²⁶ Em outubro de 1965 o Ato Institucional N° 2 extinguiu os partidos políticos. Porém, mantemos a referência às agremiações anteriores, pois os documentos da época ainda trazem o peso das filiações partidárias que antecedem ao bipartidarismo. Além disso, as primeiras reuniões para a formação de Arena e MDB no Espírito Santo só ocorreram em fevereiro de 1966, conforme trabalharemos no tópico seguinte.

terras, compras de máquinas e nomeações ilegais incriminavam não só Chiquinho, mas também Virgílio Euclides Miranda de Sá Antunes, Secretário da Agricultura, Terras e Colonização, e Gentil Barreto Paiva, Secretário de Saúde e Assistência, sendo que este último acabou se livrando das acusações (SECRETÁRIO, 1965).

A anexação das denúncias da oposição ao IPM ocorreu no encontro com o Presidente da Assembleia, Adalberto Simão Nader, em 17 de novembro de 1965 (MAIS, 1965), dois dias depois de a Comissão de Inquérito ter sido formada, com cinco deputados escolhidos por voto direto pelos demais membros da Casa: José Moraes (PSP), Lúcio Merçon (PRP) e Mário Gurgel (PTB) foram eleitos pela bancada governista, cabendo a Gurgel a relatoria do processo, e Francisco Schwartz (PSD) e Christiano Dias Lopes Filho (PSD) pela oposição (A COMISSÃO, 1965). Desse modo, se instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito e o processo de impeachment. Cabia ao Governador, então, se defender das acusações.

Para piorar a situação de Chiquinho, que já não era nada confortável, no mesmo dia o Ministro Juracy Magalhães enviou ao então Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Adalberto Simão Nader, um incisivo telegrama a respeito da crise política que o Espírito Santo atravessava, no qual mencionava, também, o envio do IPM, que ocorrera nos dias anteriores:

Governo enviou IPM Assembléia que deve agir acordo sua consciência cívica e no resguardo interesses povo espiritosantense. Governo jamais influirá para subversões instituições livres que deseja manter resguardado todavia País qualquer ação comunizante, corrupta e subversiva elementos foram varridos administração pública. Saudações Juracy Magalhães – Ministro da Justiça e Negócios Interiores (RESGUARDADO, 1965).

Diante de muitas pressões, em meio a esse inquérito, o Governador Lacerda de Aguiar pediu licença, no dia 1º de fevereiro de 1966, alegando problemas de saúde. O Jornal *A Gazeta*, mantendo a sua linha oposicionista e de ataques a Chiquinho, noticiou da seguinte forma o ocorrido:

Assume hoje as elevadas funções de Governador do Estado do Espírito Santo o Sr. Rubens Rangel, homem de bem e altamente devotado ao progresso e ao desenvolvimento de nossa terra. Assume o governo numa hora difícil, encontrando a coisa pública em verdadeiro caos e onde precisa ser feito para que o Espírito Santo não entre num clima de insolvência (RUBENS, 1966, O NOVO, 1966).

A Comissão investigou, durante mais de dois meses, as denúncias. No decorrer desse período, foi extremamente pressionada por membros da oposição a Chiquinho e, principalmente, pelo representante do Governo Federal para acompanhar o caso, Cel. Dilermano Gomes Monteiro.

Apesar das pressões, após intensos debates, acusações e ameaças de ambos os lados, a Comissão acabou, por três votos a dois, considerando improcedentes as acusações contra Francisco Lacerda de Aguiar, ao mesmo tempo em que reconheceu procedência às denúncias contra os ex-secretários Virgílio Euclides Miranda (Agricultura) e Élio de Almeida Viana (Viação e Obras), que também acabou sendo arrolado no processo (COMISSÃO, 1966), além do próprio Ferrinho, considerado peça-chave de todo o esquema.

Mas o governador ainda não estava livre. Na semana seguinte, o parecer teria que passar pelo Plenário da Assembleia. Desse modo, as pressões dos militares passaram a se estender a todos os deputados, e não mais somente aos membros da Comissão. Segundo Pelissari,

Fizemos o processo, concluímos com um relatório inocentando Chiquinho. Aí veio o julgamento, mas a pressão dos militares continuou em cima dos deputados. Eu tinha a maioria dos deputados ao lado do governo, mas a cada dia um debandava com medo da ameaça de cassação [...] (PELISSARI Apud. BORGNETH, 2007, p. 99).

Em uma nota divulgada à imprensa no mês de janeiro de 1966, pressionando nitidamente os parlamentares a cassarem o mandato do Governador, o Coronel Dilermano dizia que no Espírito Santo estavam

em exame condições que podem indicar menosprezo àqueles princípios (revolucionários), por parte da autoridade responsável. A Assembléia Legislativa tem a responsabilidade de uma decisão a respeito dessas condições e o povo espírito-santense aguarda uma decisão justa. Cabe à Assembléia atendê-lo ou desapontá-lo [...] (NO ESPÍRITO SANTO, 1966)

Isto é, pelas palavras do Coronel, votar contra a cassação de Lacerda de Aguiar seria o mesmo que menosprezar os princípios da *Revolução* de 64. Tal posicionamento tinha o claro intuito de acuar os deputados a votarem de forma favorável ao Regime e, portanto, pela cassação de Chiquinho.

Em relato feito a Castelo Branco sobre a situação do Espírito Santo, afirmava o Coronel Dilermano “[...] que o Governador Lacerda de Aguiar perdeu a maioria de que dispunha na Assembléia Legislativa [...] e que a Assembléia [...] deverá votar o impeachment do Sr. Lacerda de Aguiar [...]” (CORONEL, 1966). Diante das pressões e do clima de tensão criado em torno do processo contra Chiquinho, bem como dos prognósticos do observador do Governo Castelo Branco no caso, tudo levava a crer que o Governador seria cassado.

A votação decisiva na Assembleia aconteceu na tarde de 4 de fevereiro de 1966 e, apesar do clima negativo criado, inclusive com a difusão da ideia de que votar a favor de Chiquinho significava votar contra a *Revolução*, o Governo venceu de forma surpreendente por 21 a 17¹²⁷, tal como pode ser observado na tabela abaixo. Constam também na tabela os partidos de origem e de destino de cada parlamentar no novo cenário bipartidário:

Tabela 1 - Lista de Deputados que votaram a favor e contra o relatório que absolvía Chiquinho

Votaram a favor do relatório e contra a Condenação (21 votos)		
Nome – Deputado	Partido	Partido após o Golpe de 64
Antônio Alves Duarte	PTB	MDB
Antônio Ferreira de Carvalho	PTB	MDB
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Arena
Darcy de Paula Gaigher	PSD	Arena
Ely Junqueira	PTB	Arena
Emir de Macedo Gomes	PSP	Arena
Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Arena
Hélsio Cordeiro	UDN	MDB
Isaac Rubim	PSP	Arena
José Moraes	PSP	Arena
José Teixeira Guimarães	PTB	MDB
Lúcio Merçon	PRP	Arena
Mário Gurgel	PTB	MDB
Moacir Dalla	UDN	Arena
Manoel Lobato	PTB	Arena
Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN	Arena
Sebastião Cypriano	UDN	Arena
Setembrino Pelissari	UDN	Arena
Verdeval Ferreira da Silva	PSD	Arena
Vicente Silveira	UDN	Arena
Valter Bersan	PDC	Arena
Votaram contra o relatório e pela condenação (17 votos)		
Alcino Santos	PSD	Arena
Antônio Jacques Soares	PTB	Arena
Celso Francisco Borges	PSD	Arena
Christiano Dias Lopes Filho	PSD	Arena
Francisco Schwarz	PSD	Arena
Harry Barcelos	PSP	Arena
Hélio Manhães	PSP	MDB
Jamil Zouain	PRP	Arena
José Parente Frota	PSD	Arena
Mario Vieira Bicalho	PTB	Arena
Mikheil Chequer	PSD	Arena
Oscar Gama	PSD	Arena
Pedro Leal	PSD	Arena
Roberto Vivacqua	PSP	Arena
Tuffy Nader	PSD	MDB
Hilario Toniato	PSD	Arena
Tolentino Xavier	PTB	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966.

¹²⁷ ALIADOS absolvem Chiquinho votando contra a Revolução. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966; No Espírito Santo estão em exame condições que podem indicar menosprezo á Revolução *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1966.

Importante salientar que, dos 21 deputados que votaram contra a condenação de Chiquinho e, portanto, contra a orientação do Regime Militar, 16 já eram pertencentes aos quadros da Arena. Assim, do resultado podemos aferir pelo menos dois aspectos: de um lado, constata-se que o funcionamento dos sistemas partidários nas unidades da federação possui dinâmica própria, na medida em que as mudanças em termos institucionais impostas de cima para baixo não interromperam os posicionamentos políticos já consolidados; de outro, os deputados permaneceram unidos em torno dos interesses que os uniam antes do Golpe de 64; além disso, ao votarem majoritariamente contra a cassação de Chiquinho, os mesmos deputados arriscaram seus próprios mandatos, uma vez que desafiaram as determinações do governo Castelo Branco.

Ademais, observa-se que, dos 17 deputados que votaram contra o relatório e a favor da cassação do Governador, 10 eram do PSD, 3 do PTB, 3 do PSP e 1 do PRP. Entre aqueles 21 deputados que votaram contra a cassação de Chiquinho, 7 eram udenistas, 6 petebistas, 4 eram do PSP, 2 do PSD, 1 pertencia ao PDC e 1 era do PRP (Tabela abaixo).

Tabela 2 – Quantidade de Deputados que votaram contra e a favor da cassação de Chiquinho e filiação no bipartidarismo (fevereiro de 1966).

Partidos Extintos	Votaram contra a cassação de Chiquinho	Votaram a favor da cassação de Chiquinho	Quant. de Deputados Que não votaram	Total de Deputados na Assembléia	Arena	MDB
PSD	2	10	2	14	13	1
UDN	7	-	-	7	6	1
PTB	6	3	-	9	2	7
PSP	4	3	2	9	8	1
PDC	1	-	-	1	1	-
PRP	1	1	1	3	3	-
Total	21	17	5	43	33	10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES e de *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966.

Manteve-se, portanto, apesar de já inseridos no contexto das articulações em torno da formação do bipartidarismo, mais ou menos a mesma tendência de polarização entre PSD, de um lado, e *Coligação Democrática*, de outro, mesmo considerando algumas debandadas, tais como dos Deputados Roberto Vivacqua (PSP), Hélio Manhães (PSP), Antônio Jacques (PTB) que, mesmo compondo partidos pertencentes à *Coligação*, votaram contra Chiquinho pela proximidade que passaram a ter, com o tempo, em relação ao antigo PSD. Os dados não deixam dúvidas quanto ao fato de os parlamentares terem mantido as suas posições anteriores ao Golpe.

Apesar da vitória do governo, Chiquinho não teve o que comemorar. A previsão de que os militares – evidentemente articulados com a elite civil local, encabeçada pela parcela do antigo PSD e naquele momento liderada por Christiano Dias Lopes Filho – não o deixariam voltar ao Palácio Anchieta foi confirmada com o telegrama do presidente Castelo Branco para o governador em exercício desde o dia 1º de fevereiro, Rubens Rangel, publicado na íntegra no Jornal *A Gazeta* cinco dias depois do afastamento de Chiquinho e no dia seguinte à votação na Assembleia:

Agradeço comunicação tomada posse cargo Governador em virtude licenciamento Dr. Lacerda de Aguiar pt. desejo toda sua ação benefício Espírito Santo, pelo rigor processo político et administrativos necessário implantação definitiva Revolução pt sds Humberto Castelo Branco vg Presidente da República pt. (CASTELO, 1966)

Embora tenha tentado se recompor visando a voltar ao governo nas semanas seguintes – inclusive solicitando de volta a carta-renúncia que havia entregado ao presidente da Assembleia Legislativa, José Moraes (LACERDA, 1966; A VOLTA, 1966; ESTADO, 1966), quando se afastou do governo alegando problemas de saúde, em fevereiro de 1966 – Francisco Lacerda de Aguiar estava, na verdade, deixando definitivamente a vida pública. Ainda que não se possa comprovar peremptoriamente com os documentos consultados, as fontes nos induzem a pensar na hipótese de que Chiquinho tenha negociado sua *retirada digna* da cena política do Espírito Santo. Em troca da sua não resistência em renunciar, Chiquinho teria aceitado a sua saída do Governo, desde que fosse aprovado o relatório do Deputado Mario Gurgel para que ele não fosse penalizado e desde que assumisse o Governo o Sr. Rubens Rangel (vice-governador), tal como acabou acontecendo (NÃO, 1966)¹²⁸. Desse modo, com a leitura da carta renúncia pelo Presidente da Assembleia Legislativa, José Moraes, seguida da declaração de vacância no Poder Executivo estadual, ocorrida no dia 5 de abril de 1966¹²⁹, terminava a trajetória política de um dos mais emblemáticos personagens do Espírito Santo no século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como muito bem frisou SILVA (1995), as marchas e contra-marchas desse processo são bem mais complexas. Envolvem não apenas questões de ordem moral referentes ao envolvimento de Chiquinho

¹²⁸ Em várias edições do mês de março e abril, o Cel. Dilermando Gomes Monteiro foi indagado a respeito de qual teria sido o acordo firmado com o ex-governador Lacerda de Aguiar para a efetivar a sua renúncia. Mas a própria existência dos questionamentos são reflexos dos rumores existentes nos meios políticos e jornalísticos.

¹²⁹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo. Vitória, 1966-1979, fl. 9.
RUBENS Rangel assumiu o governo em definitivo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 6 abr. 1966; O NOVO Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 7 abr. 1966; CHIQUINHO renuncia de novo, mas (desta vez) vai cumprir. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 mar. 1966;

ou de membros de seu governo em atos de corrupção. A problemática vai muito além disso. A análise mais atenta do processo indica que, na realidade, as denúncias levantadas contra Lacerda de Aguiar, verídicas ou não, visaram a criar, por parte das *forças conservadoras urbano-industriais*, na oposição, todo um ambiente caótico e de paralisia governamental que pudesse justificar, perante a opinião pública, a renúncia/afastamento do popular Chiquinho, para que as forças filiadas ao antigo PSD, derrotadas na campanha de 1962 e ávidas pelo poder, retornassem ao governo, o que veio a ocorrer em 1966 com a indicação Christiano Dias Lopes Filho, o primeiro dos quatro governadores biônicos que se sucederam ao longo do regime civil-militar, o qual será responsável pelo início da implementação de um grandioso processo de desenvolvimento industrial do Estado do Espírito Santo. Mas esse será tema de outro artigo.

REFERÊNCIAS

- A COMISSÃO. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 nov. 1965.
- A QUALQUER hora na Assembléia o IPM sobre a administração de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 9 nov. 1965.
- A VOLTA à intranqüilidade. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 26 mar. 1966.
- ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec; Departamento de Ciência Política, USP, 1998.
- ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanella, [DCD 13/11/1965](#). p. 9627.
- ASSEMBLÉIA inicia apurações das responsabilidades de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 nov. 1965.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.
- BORGNETH, Flávio Ferreira. *Memórias do período militar em Vitória antes do AI-5*. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- CAETANO, Alexandre. *A Revolução dos caranguejos: o Golpe de 64 no Espírito Santo*. *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_golpe_militar01.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011.
- CASTELO a Rangel: Que se implante definitivamente a Revolução no ES. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966.
- CEL. Dilermano em Vitória desde ontem e manteve entendimentos com a Comissão. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 8 jan. 1966.
- CHICO, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora*. ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972.
- CHRISTIANO denuncia pressões contra o Poder Legislativo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 nov. 1965.
- COMISSÃO Especial dá improcedência às denúncias contra Lacerda de Aguiar. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1966.
- CORONEL Dilermano amanhã em Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 19 jan. 1966.
- CORONEL Dilermano faz relato a Castelo sobre Governo do ES. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 13 jan. 1966.
- CORONEL Dilermano manteve contato com os membros da Comissão Especial. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1966.

DE CONSPIRADOR golpista a opositor do Regime Militar. *Século Diário*, Vitória, 1984. Disponível em http://www.seculodiario.com/arquivo/2005/dezembro/10_11/reportagens/reportagens/10_12_02.asp. Acesso em 04 de novembro de 2011.

DILERMANO vem a Vitória dia 15 para acompanhar fase final do IPM. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 jan. 1966.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). Atividades governamentais. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, abril, 1964.

ESTADO infeliz. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 30 mar. 1966.

FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FORÇAS Armadas assumiram o comando do país e logo entregaram o Governo ao poder civil. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 1º abr. 1964.

FROTTA, José Parente. General Frota: um nacionalista levado pelo golpe ao ninho conservador. 1982. Entrevista concedida a Rogério Medeiros, Vitória, 25 mai. 1982.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GOVERNO compra máquinas velhas: comissões gordas. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 set. 1965.

GOVERNO sabota CPIs. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 21 ago. 1965; CRISTIANO: Secretário de Agricultura suplicou a rejeição da CPI do arame. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 23 ago. 1965.

GURGEL Antonio de Pádua. *Menino da Ilha*. Vitória, 1998.

GURGEL, Antonio de Pádua et al. Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria, 2000.

GURGEL, Antônio de Pádua. Mário Gurgel. Vitória, ES: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2008.

INQUÉRITO Policial Militar no Estado do Espírito Santo foi encerrado ontem. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 8 out. 1965.

IPM contra Chiquinho chega à Assembléia: graves acusações. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 nov. 1965.

LACERDA de Aguiar solicitou devolução de sua carta-renúncia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 26 mar. 1966.

LINDENBERG congratulou-se com Marechal Castelo Branco pela posse na Presidência. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 16 abr. 1964.

MAIS denúncias na Assembléia envolvendo Lacerda de Aguiar. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, p. 07, 18 nov. 1965.

NÃO faz acordo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 6 abr. 1966.

NENHUM membro da Assembleia Legislativa teve o seu mandato cassado. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 15 abr. 1966.

NO ESPÍRITO SANTO estão em exame condições que podem indicar menosprezo á Revolução *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1966.

NOVA caminhada. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 3 abr. 1964.

O GRANDE culpado. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 07 out. 1965.

O NOVO Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 01 fev. 1966.

PARLAMENTARES capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 1º abr. 1964.

RESGUARDADO contra qualquer ação comunizante, corrupta e subversiva. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 18 nov. 1965.

RUBENS Rangel assume Governo hoje (10h) com secretariado inteiramente técnico. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 01 fev. 1966.

SANTOS, W. G. dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG, IUPERJ, 2003.

SECRETÁRIO de Agricultura foge da Comissão Especial da Assembléia. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 25 nov. 1965.

SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SUMAMENTE grave a situação em todo o país: rebeladas guarnições do Exército em MG. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 1º abr. 1964.

VESCOVI, Alessandro. À luz dos vitrais: a história da arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque 159f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

VILLA, Marco Antônio. Jango: um perfil. São Paulo: Globo, 2004.

WAINER, Samuel. Minha razão de viver: memórias de um repórter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.